



**Evolution Comercializadora de Energia
Elétrica e Gás Natural Ltda.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	9
2. Políticas contábeis	9
2.1. Declaração de conformidade	9
2.2. Base de elaboração	10
2.3. Principais práticas contábeis	10
2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	12
2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022	13
2.6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	13
3. Caixa e equivalentes de caixa	13
4. Contas a receber	13
5. Investimentos	14
6. Partes relacionadas	14
7. Fornecedores	15
8. Patrimônio líquido	15
9. Receitas	16
10. Custos na venda de energia	16
11. Despesas administrativas e gerais	16
12. Imposto de renda e contribuição social	16
13. Valor justo na compra e venda de energia	17
14. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	18



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Quotistas e Administradores da

Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Empresa teve suas atividades suspensas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente apresentou prejuízo de R\$ 85 mil e não reconheceu receitas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

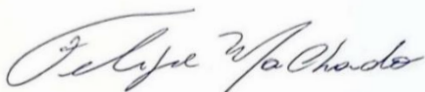
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 04 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F



Felipe Machado Oliveira

Contador CRC GO-022208/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes a caixa	3	3	115
Contas a receber	4	-	4.181
Tributos a recuperar		28	386
Outros créditos		6	-
		37	4.682
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	6	4.681	4.905
Outros créditos		68	67
Investimentos	5	231	231
Imobilizado		4	12
		4.984	5.215
Total do ativo		5.021	9.897
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	3	4.070
Tributos a recolher		-	6
Tributos diferidos		-	357
Dividendos a pagar		-	114
Outras obrigações		6	-
		9	4.547
Patrimônio líquido			
Capital social	8	5.000	5.000
Resultados acumulados		12	350
		5.012	5.350
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.021	9.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	2023	2022
Receitas	9	-	53.552
Custos nas vendas de energia	10	(34)	(53.508)
Variação no valor justo na compra e venda de energia	13	-	(328)
Lucro bruto		(34)	(284)
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(51)	(140)
Outras receitas e despesas, líquidas		-	1
		(51)	(139)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(85)	(423)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		-	5
Despesas financeiras		(1)	(3)
		(1)	2
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(85)	(421)
Imposto de renda e contribuição social	12		
Corrente		-	(12)
Diferido		-	672
		-	660
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(85)	240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(85)	240
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(85)	240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000	326	5.326
Resultado do exercício	-	240	240
Dividendos	-	(216)	(216)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000	350	5.350
Resultado do exercício	-	(85)	(85)
Dividendos	-	(253)	(253)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.000	12	5.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(85)	(421)
Ajustes para reconciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa:		
Depreciações e amortizações	7	7
Provisão de receita não faturada	-	26.770
Provisão de custo sobre receita não faturada	-	(26.630)
Variação no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia	-	328
	(78)	54
(Acréscimo) decréscimo em ativos		
Contas a receber	4.181	(272)
Variação no valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia	-	(1.767)
Tributos a recuperar	358	2.896
Outros créditos	(7)	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	(4.067)	(979)
Tributos a recolher	363	(1.520)
Outras obrigações	(6)	-
Caixa gerado aplicado nas atividades operacionais	18	(1.588)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	18	(1.601)
Aumento de investimentos	-	(207)
Adição de imobilizado	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(207)
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(130)	(2.128)
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamento	(130)	(2.128)
Decréscimo no caixa e equivalentes a caixa	(112)	(3.923)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	115	4.038
No final do exercício	3	115
Decréscimo no caixa e equivalentes a caixa	(112)	(3.923)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Evolution Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural Ltda. (“Evolution” ou “Empresa”) foi constituída em 18 de junho de 2019, com sede na cidade de São Paulo-SP, e tem como atividades: i) a comercialização de energia elétrica (compra e venda), atuando como agente comercializador, nos termos da resolução 265 de 13 de agosto de 1998 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; ii) importação e exportação de energia elétrica, também nos termos da resolução 265/98 da ANEEL e; iii) prestação de serviços de consultoria, representação de agentes, intermediação de compra e venda de energia elétrica, gás natural, tanto no mercado interno, bem como na importação e exportação.

BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. (“BBCE”)

Foi constituída em 13 de junho de 2011 com sede na Cidade de São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como atividade a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A BBCE se encontra operacional, opera como um “market place” e atualmente é considerada como a “bolsa” do mercado livre de energia, viabilizando a maioria dos negócios realizados no ambiente do mercado livre de energia. Em 31 de dezembro de 2023, a participação societária da Empresa é de 0,01% (2022: 0,12%).

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas baseando-se na premissa de continuidade normal das operações da empresa.

A Evolution Comercializadora de Energia e Gás Natural Ltda. é uma empresa do grupo PACTO, atua no seguimento de comercialização de energia elétrica no mercado livre de energia. Teve suas atividades suspensas em 2023, onde a Administração por busca de maior eficiência operacional, optou por centralizar suas atividades de comercialização na empresa Pacto Comercializadora de Energia e Gás Natural Ltda.. Todas as licenças operacionais junto à CCEE continuam vigentes e a Administração estuda novos projetos vinculados às mudanças regulatórias que possibilitarão o acesso ao mercado livre de Energia com clientes de baixa tensão previstas para o exercício de 2024. Não existe planos de liquidação ou encerramento da Empresa. A Evolution conta com suporte financeiro do seu acionista controlador, principalmente por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando necessário.

Todavia, ainda subsistem incertezas em relação à ocorrência de eventos futuros que sustentem os projetos previstos pela Empresa. A não concretização desses eventos futuros poderá resultar em alterações significativas nas previsões de fluxo de caixa a médio e longo prazo.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto para os contratos de comercialização de energia avaliados ao valor justo por meio do resultado.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Empresa retomar suas operações. Em 2023 a Administração direcionou seus esforços para estudar os impactos do mercado varejista em suas operações de comercialização de energia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

O exercício social da Empresa compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Autorização das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da diretoria em 04 de abril de 2024.

2.3. Principais práticas contábeis

a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos, nos casos dos investimentos financeiros, dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando necessário, deduzidas da perda estimada com créditos. São reconhecidas no momento da assinatura do termo de venda, independente se já faturadas ou não. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c) Tributação

Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, os quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre vendas

Referem-se principalmente às contribuições para PIS e COFINS no regime não acumulativo calculados às alíquotas de 1,65% e 7,6% incidentes sobre as receitas e creditadas sobre as compras.

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado ou valor justo, dependendo de sua avaliação quanto a destinação.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como:

- Mensurado ao custo amortizado;
- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida);
- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento do seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de “impairment” para esses instrumentos financeiros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Empresa é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

f) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvem risco significativo, e poderão causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Valor justo dos contratos de comercialização de energia



Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de comercialização de energia reconhecidos a valores justos por meio do resultado são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas por meio do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. - BBCE, do sistema DCIDE e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações financeiras normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há normas ou interpretações emitidas em 2024, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários	2	4
Aplicações financeiras (a)	1	111
	<u>3</u>	<u>115</u>

- a. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras referem-se a investimentos em fundos abertos referenciado ao DI - Depósito Interbancário, com liquidez imediata e remuneradas pela taxa média de 100% do CDI em 2023 e 2022.

4. Contas a receber

A energia comercializada pela Empresa é entregue/consumida durante o mês, no entanto, o faturamento (emissão da nota fiscal) é realizada no início do mês seguinte. O custo com aquisição desta energia tem o mesmo tratamento, sendo a provisão a pagar registrada no passivo circulante, conforme Nota 7 em contrapartida ao custo no resultado do exercício.

Não existia contas a receber vencido em 31 de dezembro de 2022.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes	-	272
Energia medida/entregue a faturar	-	444
Energia medida/entregue a faturar - Partes relacionadas	-	3.465
	<u>-</u>	<u>4.181</u>

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2022, a administração concluiu que não possuía nenhuma operação de contas a receber que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos

Investimentos registrados pelo método de custo

	2022	2023
BBCE	231	231
	231	231

O Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo principal viabilizar a negociação de energia elétrica no mercado livre. A BBCE atua como uma plataforma eletrônica onde os agentes do setor elétrico podem comprar e vender energia elétrica de forma transparente e segura. Aos clientes que possuem quotas de participação, são garantidas condições diferenciadas nos valores taxas e emolumentos das transações, dentre outras vantagens.

6. Partes relacionadas

6.1. Créditos e transações com partes relacionadas

Os saldos a receber com partes relacionadas representam operações de empréstimos em forma de conta corrente. Os saldos estão assim apresentados:

Ativo	2023	2022
Mútuo		
Pacto Energia S.A. - Controladora	4.681	4.905
	4.681	4.905

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com condições negociadas entre as partes, e não possuem incidência de juros e prazo de vencimento definido.

6.2. Operações comerciais com partes relacionadas

As operações de compra e venda com partes relacionadas são realizadas em ambiente livre de mercado com precificação sem influência da administração.

Parte relacionada	2023	2022
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.		
Compra de energia	-	(7.363)
Venda de energia	-	47.029

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber e pagar com partes relacionadas são:

Parte relacionada	2023	2022
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.		
Contas a receber	-	3.465
Fornecedores	3	42

6.3. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Empresa nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Adicionalmente, os diretores da Empresa não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Empresa, além dos seus serviços normais.

7. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores em geral	-	13
Compra de energia a faturar (a)	-	4.015
Compra de energia a faturar (a) - partes relacionadas	3	42
	3	4.070

- a. Composto pelas provisões de compras de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro e faturado no mês subsequente.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$5.000 e está representado por 5.000.000 (cinco milhões) de quotas com valor unitário de R\$1,00 cada uma subscrita e integralizada da seguinte forma:

Quotista	2023 e 2022	
	Quotas	%
Pacto Energia S.A.	5.000.000	100,00
	5.000.000	100,00

b) Distribuição de lucros

A Empresa poderá levantar balanços patrimoniais semestrais ou períodos menores e distribuir o lucro apurado com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros de balanços patrimoniais anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Receitas

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia elétrica	-	62.750
(-) PIS / COFINS/ICMS (b)	-	(9.198)
	-	53.552

- a. PIS e COFINS não cumulativos calculados com base na alíquota de 1,65% e 7,6% respectivamente, sobre a base de cálculo da receita bruta de venda de energia descontados os créditos pela aquisição de energia.

10. Custos na venda de energia

	2023	2022
Custo com compra de energia elétrica	-	(53.508)
Outros custos	(34)	-
	(34)	(53.508)

11. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Serviços de terceiros	(27)	(68)
Taxas e emolumentos	(16)	(65)
Depreciação e amortização	(7)	(7)
Outras	(1)	-
	(51)	(140)

12. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(85)	(421)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, pelas alíquotas vigentes	29	143
Prejuízo fiscal não constituído	(29)	(143)
Outros	-	(12)
Total IRPJ e CSLL – Corrente	-	(12)
IRPJ e CSLL correntes	-	(12)
	-	(12)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas abaixo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(85)	(420)
Adições e (exclusões) temporárias		
(+) Adições provisões de custo (Nota 9)	-	(26.630)
(-) Exclusões provisões de receita (Nota 8)	-	26.770
(-) Exclusão valor justo contratos de energia	-	328
	-	48
Prejuízo fiscal não constituído	(85)	-
Base para IRPJ e CSLL	-	48
IRPJ - 15%	-	(7)
CSLL - 9%	-	(5)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	672
Total da despesa efetiva de IRPJ e CSLL	-	660

Tributos diferidos

A Empresa reconhece imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidos sobre as provisões de compra e venda de energia e sobre a variação do valor justo dos contratos de compra e venda de energia a termo.

A composição dos tributos diferidos apresentados no balanço patrimonial é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		
PIS e COFINS diferidos	-	(357)
Saldo de tributos diferidos em 31 de dezembro	-	(357)

13. Valor justo na compra e venda de energia

A Empresa não possui saldos patrimoniais em aberto referente aos compromissos de contratos de compra e venda de energia para suprimento futuro.

As operações de adiantamentos e os respectivos efeitos das marcações a mercado estão demonstrados a seguir:

a) Marcação a mercado dos contratos de comercialização

O reconhecimento do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi efetuado em rubricas conforme apresentado no quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Resultado	
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	(361)
PIS e COFINS - Diferido	33
	(328)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	672
Efeito líquido acumulado com instrumentos financeiros derivativos	344

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cuja administração é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Empresa.

Os riscos associados a essas operações são administradas por meio da aplicação de práticas definidas pela administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros. Essas práticas determinam também que seja feita a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes.

14.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

14.2. Categorias de instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil ao custo amortizado	2023	
		Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	
Partes relacionadas	4.681	-	
Passivos financeiros			
Fornecedores	3	-	
2022			
	Valor contábil ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	115	-	
Contas a receber	272	3.909	
Partes relacionadas	4.905	-	
Passivos financeiros			
Fornecedores	13	4.057	

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Instrumentos financeiros - São definidos como ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo das operações de compra e venda de energia futura para entrega e liquidação futura estimada nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

14.3. Gestão do risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa. A Empresa considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, sejam eles de mercado ou crédito, para depurar e precificar seus negócios e carteira.

14.4. Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Empresa operava no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia estão demonstrados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valor justo na compra e venda de energia	-	(328)

Para os contratos de compra e venda de energia, o valor justo foi estipulado utilizando os preços definidos internamente pela Empresa na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro.

14.5. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Empresa liquidar as obrigações assumidas.

A administração da Empresa somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Porém, não há captação ou saldo de empréstimo a pagar na Empresa. Havendo sobra de caixa, a Empresa realiza aplicações financeiras com liquidez diária e preferencialmente em fundos sem risco ou com baixo risco.

14.6. Gestão de capital

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos sócios ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

